

AS REPRESENTAÇÕES DO MST NA COMUNIDADE INTERPRETATIVA DOS JORNALISTAS DO GRUPO RBS*

*Vilso Junior Chierentin Santi***

Resumo

No presente trabalho aspiramos mapear as representações¹ movimentadas pelos profissionais do Grupo RBS acerca da questão agrária, ao tematizar o MST e suas ações nas páginas do jornal ZH², relacionadas ao que qualificamos como “matriz representacional hegemônica³”, historicamente construída para a problemática. Vinculamos a perspectiva utilizada às teorias do Jornalismo, tomando como ponto de partida os trabalhos de Traquina (2005), Lage (2005), Hall (2003), Zelizer (2000), Johnson (1999), Genro Filho (1987) e Tuchman (1978). Buscamos realizar também, um estudo sobre os emissores e os processos produtivos no jornalismo impresso através de uma dupla e/ou híbrida re-visada: pelas lentes dos Estudos Culturais Britânicos⁴; junto com os estudos do Jornalismo, com destaque para a hipótese do *Newsmaking*⁵. Nossa intenção é aproximar diferentes linhas teórico-metodológicas num diálogo fértil que possibilite, quem sabe, inovações conceituais para as pesquisas no campo jornalístico.

Palavras-chave

Jornalismo Impresso – Newsmaking – Representação

Abstract

In the present paper we wish to map out the representations made by journalists in the Brazilian media RBS Group concerning the agrarian land issue, taking MST (Agrarian Reform Peasants' Movement) as a theme in the pages of Zero Hora newspaper, and relating it to what we qualify as a “hegemonic representation matrix”, historically constructed to this issue. We link this perspective to journalism theories, taking as a starting point the work of Traquina (2005), Lage (2005), Hall (2003), Zelizer (2000), Johnson (1999), Genro Filho (1987) and Tuchman (1978). We also wish to accomplish a study on the emission and productive processes in print journalism through a double or hybrid revision: through the lenses of British Cultural Studies; along with Journalism studies, highlighting the *Newsmaking* hypothesis. Our intention is to bring closer different theoretical methodologies in a fertile dialog allowing, perhaps, concept innovations in journalistic researches.

Key Words

Print Journalism – Newsmaking – Representation

O objetivo primordial, aqui, é identificar as representações movimentadas pelos profissionais do Grupo RBS, enquanto comunidade interpretativa, acerca da questão agrária e das ações do MST, já que consideramos tais representações como determinantes para a produção de informações relacionadas a esses temas. Para tanto, acompanhamos integralmente a cobertura do jornal Zero Hora entre janeiro de 2007 e janeiro de 2009, mas tomamos como estudo de caso as ações do MST reportadas pelos jornalistas de ZH no período de 12/04 a 21/05/2008, todas relacionadas com a entrada e/ou saída dos agricultores Sem-terra da Estância do Céu⁶. A referida mobilização integrou em 2008 a

“Jornada Nacional de Lutas⁷”, anualmente promovida pelo MST – o “Abril Vermelho”, como prefere designar o próprio jornal Zero Hora. Cabe esclarecer, também, que, na produção das notícias, acompanhamos e entrevistamos jornalistas vinculados ao jornal Diário de Santa Maria⁸ – responsáveis diretos pela cobertura dos fatos e porta de entrada dos acontecimentos na rede de informações do Grupo RBS, da qual Zero Hora é a célula mãe quando tratamos de jornalismo impresso.

A produção, nesse enfoque, é onde podemos analisar a construção da notícia, do produto jornalístico em si, e tudo o que está envolvido nesse trabalho. Sinteticamente, é nela

que residem as preocupações principais acerca da organização das formas culturais. Nesse momento, investigar as rotinas da produção e sua relação com as culturas vividas desponta como fundamental, a fim de que possamos mapear os reservatórios culturais existentes no meio social, que pautam tanto as representações públicas quanto a vida privada dos agentes envolvidos no processo produtivo – no caso os jornalistas do Grupo RBS. Aqui, é conveniente também prestarmos atenção aos aspectos concretos de produção e na organização da instituição produtora. É importante observar, por conseguinte, a relação entre a cultura organizacional do veículo de comunicação (ZH) e a cultura profissional dos jornalistas envolvidos.

Dentro disso, um dos caminhos mais pertinentes de estudo é o próprio acompanhamento e análise do cotidiano dos jornalistas. O “mundo dos jornalistas” – que, segundo Travancas (1992) significa bem mais do que desenvolver uma atividade ou ter um emprego na vida – exige um pronunciado envolvimento que resultará num estilo de vida e numa visão específica de mundo. De certa forma, é essa perspectiva que faz Zelizer (2000) falar de uma comunidade interpretativa⁹ que, de uma maneira geral, trata os jornalistas como um agrupamento universal que compartilha valores-notícia.

Desse modo, nossa perspectiva visa privilegiar as análises, a partir dos Estudos Culturais Britânicos e da teoria do *Newsmaking*, das estratégias discursivas através das quais a mídia impressa (jornal ZH), mais especificamente os jornalistas do Grupo RBS, movimentam representações (compostas e recompostas) relacionadas à questão agrária, as quais interferem na construção social da realidade em torno dessa problemática. Duas questões podem definir o âmbito e expor os problemas de que nos ocupamos aqui: que representações da questão agrária movimentam os jornalistas de ZH? E como se associam essas representações às exigências cotidianas de produção de notícias?

METODOLOGIA

Conforme as orientações de Traquina (2005) e Wolf (2001) procuramos aqui desenvolver o trabalho em três níveis complementares. No primeiro, materializamos um levantamento bibliográfico¹⁰, com a finalidade de embasar nossas considerações acerca da produção das notícias e do movimento de representações, pela consulta

de fontes secundárias e de informações anteriormente coletadas em outros estudos, como nos trabalhos de Berger (2003) e Felippi (2006).

No segundo, tratamos da caracterização dos profissionais do jornal Zero Hora e da própria organização midiática a que eles pertencem – o Grupo RBS. Também da observação das suas rotinas de produção nas notícias sobre o MST. Para tanto, atuamos no calor dos fatos. Acompanhamos em todos os momentos os atos realizados pelos profissionais na cobertura dos acontecimentos. Nesse caso, lançamos mão de recursos técnicos oriundos da pesquisa participante¹¹, basicamente no que se refere aos preceitos de inserção do pesquisador no ambiente de ocorrência do fenômeno e de sua interação com a situação investigada.

Num terceiro nível, realizamos entrevistas com os jornalistas envolvidos na cobertura dessas questões – tanto para identificar o papel de cada um dentro da complexa rede produtiva que envolve uma notícia no Grupo RBS, quanto para confirmar as próprias condições em que essas produções se dão – além de averiguar o posicionamento de cada um em relação a sua prática profissional e às questões que envolvem a cobertura do MST; e buscar quais as representações que são preferencialmente acionadas no tratamento da questão agrária.

Ao todo, dez profissionais foram entrevistados, entre editores, repórteres e fotógrafos, totalizando 11 horas de gravações devidamente registradas. Porém selecionamos para a pesquisa, pelos critérios de relevância e complementaridade, cinco contribuições. As entrevistas realizadas foram individuais, do tipo semiestruturada em profundidade¹² e os profissionais, nos relatos, identificados pelas designações Jornalista 1, 2, 3, 4 e 5, conforme acordado no momento da coleta das informações.

RESULTADOS

No grupo de profissionais observados, e depois entrevistados na pesquisa, chama a atenção de imediato o tempo de atividade, indicativo da experiência profissional, que todos detêm. Mesmo o Jornalista 2, que tem menos tempo de atuação profissional, possui aproximadamente três anos de mercado. As informações coletadas indicam que no mínimo metade dessa experiência profissional, em todos os casos, está vinculada à atuação desses profissionais em veículos ligados

ao Grupo RBS. Todos já ocuparam, por conta disso, diversas funções dentro das redações – *freelancers*, repórteres, diagramadores, editores, editor executivo etc; em distintos veículos do Grupo, experimentando inclusive práticas de subcontratação, às vezes ilegais.

Um ponto comum no discurso dos profissionais entrevistados, quando falam de sua atuação profissional, parece ser a tentativa de desqualificação das experiências anteriores. Para muitos deles, somente depois de ingressarem na legião dos colaboradores do Grupo RBS é que conseguem exercer plenamente a sua profissão, dentro daquilo que imaginam conveniente para o bom jornalismo. O trecho da fala da Jornalista 3 pode ilustrar essa consideração: [...] “aqui, foi minha primeira experiência profissional mesmo. Porque antes, eu trabalhei fazendo de tudo noutra redação, mas era bem mais artesanal o trabalho”. A alternância/progressão nos postos e funções, o tempo de atuação dos profissionais entrevistados na empresa, junto com um flagrante apagamento das experiências profissionais anteriores, denotam a composição de uma matriz pedagógica própria, que rege a “re-formação” dos profissionais nos veículos do Grupo RBS.

Relacionando as experiências profissionais ao que chamamos “experiências sociais” e/ou culturas vividas nas entrevistas dos jornalistas, responsáveis diretos pela elaboração dos textos na produção, podemos perceber que nenhum deles tem ou teve participação ativa em organizações sociais de classe e em ações de questionamento e reivindicação. Somente o Jornalista 4 admite apoio a movimentos de cunho estudantil. Os demais, por falta de oportunidade – Jornalista 5; de tempo – Jornalista 3; ou por desinteresse em manifestações e “agitos” – Jornalista 1 e 2, nunca se envolveram com ações dessa natureza. Isso talvez explique, não só a estranheza no trato com as mobilizações de massa acerca da questão agrária, mas a própria curiosidade e o desejo manifesto pelos repórteres em cobrir esses fatos.

Quando falam do jornalismo em geral e da sua função como jornalistas, os profissionais entrevistados acabam por invocar valores e definições um tanto quanto “tradicionais” para falar de sua prática. Conceitos que por vezes compactuam, mas que por vezes entram em conflito com a descrição de suas ações acerca dos acontecimentos de São Gabriel, fatos que compõem o corpus da nossa pesquisa. A Jornalista

1, por exemplo, ao se referir à cobertura de situações conflituosas, que envolvem interesses e atores distintos, invoca a isenção e/ou a tentativa de isenção como boa conselheira no fazer jornalístico. Essa visão, ao que parece, é compartilhada pelo Jornalista 2, quando ele afirma que o profissional no jornalismo deve apenas contar o que está acontecendo, “botar as vozes falando cada uma a sua versão e deixar que o leitor tire as suas próprias conclusões”.

Questionados durante as entrevistas individuais, os jornalistas também emitem considerações relacionadas aos Movimentos Sociais, em geral, e ao MST, em particular. Tais considerações são todas elas relacionáveis às representações que os profissionais da notícia do Grupo RBS têm da questão agrária. A Jornalista 1 admite, de imediato, as dificuldades em se definir a questão devido sua complexidade. Segundo ela, a proposta do MST já foi “justa e válida”, mas, com o decorrer do tempo “as coisas tomaram certas proporções políticas” e ficaram um tanto perigosas. Ela não considera radical a sua posição em relação ao Movimento, já que sua definição para a questão não equivale àquela que fala de “uns baderneiros, uns bandidos, uns marginais”, e tampouco daquela que enuncia “uns santos e uns pobres coitados”.

O Jornalista 4, por sua vez, coloca o MST no rol das organizações e/ou fontes confiáveis. Ele credita tal confiabilidade ao tempo de existência do Movimento, sua coerência nas ações e ao seu histórico de ocorrências e movimentações. Para ele, as ações do MST acabam sempre tendo uma grande repercussão por afetar não só a quem eles estão tentando chamar a atenção, mas também outros segmentos da sociedade. O Movimento, portanto, representa um grupo que é organizado, que tem representação e muitos integrantes. Então, de certa forma, “eles também fazem parte da sociedade que a gente quer contemplar para o leitor. Eles fazem parte desse mosaico todo”.

Diferentemente das contribuições anteriores (Jornalistas 1, 2, 3 e 5), o Jornalista 4 não nega a existência do Movimento, nem tenta desqualificar suas ações e seus integrantes. Ao contrário, confere credibilidade ao Movimento e, ao fazer isso, retira-o da ilegalidade e passa a tratá-lo como agente autorizado para questionar a posse da terra em território nacional. Cabe ressaltar, porém, que esse tipo de tratamento, relativo à representação do MST, parece ser a exceção e

não a regra no ambiente de produção do jornal ZH. E não é nada surpreendente que tal depoimento esteja ligado ao dizer do único profissional entrevistado que admitiu participação em algum movimento reivindicatório, mesmo que tenha sido de caráter estudantil.

Duas questões podem definir o âmbito e expor os problemas de que nos ocupamos aqui: que representações da questão agrária movimentam os jornalistas de ZH? E como se associam essas representações às exigências cotidianas de produção de notícias?

As informações coletadas ainda dão conta de algumas questões importantes para o entendimento da prática jornalística. Dentre elas, destacamos, a seguir, aquelas relacionadas ao motivo de o MST ser notícia e ao enquadramento da questão agrária no periódico em questão. A autorização para falar do Movimento em seus textos, segundo a Jornalista 1, vem do potencial conflitivo da questão agrária e da tensão que envolve a disputa entre atores e campos sociais. “Eu acho que é a tensão, que é o problema, que é a invasão, a violência. Isso a gente justifica com os valores-notícias, os *badnews* e os *goodnews*”. Ela parte do pressuposto de que as pessoas “gostam de ver essas coisas” e aponta estudos que dizem que os leitores querem ler “coisas complicadas e conflituosas” – categoria na qual estariam enquadradas as disputas em torno da questão agrária. No entanto, a Jornalista 1 admite que o Movimento é potencialmente mais pauta “quando ele se mexe”, afirmação compartilhada por seus colegas de redação (Jornalista 3, por exemplo). “Quando o MST se mexe, ele é pauta com certeza; quando ele não se mexe, a gente pensa”, diz a Jornalista 1.

Entre os profissionais entrevistados, parece consenso que as pautas relacionadas à questão agrária e às ações do MST devem ser tratadas no jornal pela editoria de Geral. Segundo

eles, dificilmente, na lógica organizativa em que está pensado o periódico, tais fatos poderiam ser abordados noutro lugar. Para a Jornalista 1, por exclusão, o MST “fica bem na Geral”, já que “a Geral é uma grande cozinha”, onde, “tudo que não tem o perfil específico de uma editoria vai parar”. Para ela, esse “é o lugar do MST, é onde ele fica mais isento, onde o jornal consegue deixar ele melhor”.

Segundo a Jornalista 5, a Geral é onde “está o coração da redação”. É uma editoria que tem demandas diferentes todos os dias e tem “uma obrigação muito maior em preencher o jornal com manchete”. Para ela, a questão das editorias é um “negócio complicado”. Primeiro, porque as editorias já “foram criadas pelos jornalistas para resolver o seu problema, que é o caos de informações”; depois, porque elas não dão conta plenamente daquilo a que elas se propõem. Ela acredita, porém, que “o MST tem que ser Geral, porque nem sempre ele envolve a Polícia, para estar na editoria de Polícia e, como é a questão agrária, mais do que Economia e mais que a Polícia, então fica melhor na Geral”. A Jornalista 5, no entanto, trata de valorizar, aos moldes do Jornalista 4, a editoria de Geral.

Na descrição da estrutura e do seu ambiente de produção, os jornalistas entrevistados na pesquisa apresentam detalhes importantes relacionados aos fluxos produtivos no veículo em questão, geralmente não percebidos nem por colaboradores e fontes, muito menos por seus leitores. Cabe ressaltar que as informações coletadas na entrevista, vinculadas a esses aspectos, puderam ser todas validadas através do recurso da observação participante. Consequentemente, elas não são meros relatos de uma prática ideal, mas sim, parte importante de um complexo processo de construção textual, composição de mensagens e/ou movimentação de discursos e representações.

Segundo a Jornalista 1, a primeira coisa que o repórter faz, antes de escrever qualquer matéria, principalmente quando são matérias conflituosas e polêmicas, inclusive sobre o MST, é conversar com seu editor sobre “como fazer”. Na maioria das vezes, a recomendação básica é “contar o que aconteceu”. Já o Jornalista 2 relata que o fluxo produtivo interno na redação funciona da seguinte maneira: o Editor lê o texto e se ele tem alguma dúvida, se acha que está faltando alguma coisa, ele liga para o repórter; depois vem

a edição propriamente dita. Segundo o repórter, sempre se tem um tamanho de página para ocupar no jornal e tem-se que adequar os textos àquele tamanho. O texto passa ainda, conforme o Jornalista 2, pela leitura e revisão, pela Jornalista 5 e pelos demais Editores do veículo. “Passa por várias tribos até ir para o jornal. Aí, eles dão as suas contribuições e mandam o texto para ser impresso”.

Por sua vez, a Jornalista 3, de acordo com a função que executa dentro da estrutura produtiva do jornal, assenta seu relato no detalhamento dos procedimentos de “produção da produção” no veículo. Segundo ela, tanto a produção quanto a edição são coisas sobre as quais os leitores não têm a mínima noção – nem os jornalistas nos bancos das universidades. “As pessoas não têm noção, eles acham que só o repórter trabalha. Diagramador, produtor, essas coisa não existem”. Conforme a Jornalista 3, um jornal tem, sim, as suas rotinas, e elas são importantes. As equipes, nos veículos, sempre são pequenas em relação à demanda de trabalho. Por isso, certas coisas, ela recomenda, têm de ser feitas com antecedência. “Tu tem que se deslocar, tu tem limitações tecnológicas, e também de estrutura. Então, esse é o ponto da importância do planejamento”. Para a Jornalista 3, a produção num jornal é fundamental, porque permite desde “pensar as capas”, até “planejar antecipadamente algumas manchetes”.

Depois do detalhamento das rotinas e dos “fluxos internos de produção”, ou seja, daqueles ocorridos dentro da redação do jornal, passaremos a minudenciar, com base no relato dos jornalistas entrevistados, aquilo que podemos qualificar como “fluxos externos de produção” da notícia. Estes, genericamente, estão vinculados aos processos de fabrico da notícia que ocorrem fora do ambiente da organização de mídia. Eles se assentam no processo de apuração dos fatos potencialmente noticiáveis e incluem desde os fatores que envolveram a seleção das pautas até a configuração do texto a ser veiculado no jornal. Antes, convém lembrar também que consideramos esses dois tipos de fluxos (externos e internos) complementares no momento da produção, o que, junto com o movimento de representações em que se envolvem, atesta o complexo processo de manipulação do fabrico de um texto e/ou notícia.

Partimos, mais uma vez, das colocações da Jornalista 1. Ela, de imediato, justifica o

tratamento das questões de São Gabriel por ser esta uma das cidades que compõem a região de abrangência e responsabilidade de seu veículo e também por ser esta uma área de tensão em que o MST teria pleno interesse. Em seu relato, ela conta que a primeira pauta (revista dos ônibus)¹³, relacionada aos episódios que integram o corpus dessa pesquisa, chegou a redação através de um fotógrafo *freelancer* que o jornal mantém em São Gabriel e foi totalmente desenvolvida e/ou apurada dentro da redação – “repórter sentado”.

Na sequência, a pauta “invasão da Fazenda Southall”¹⁴ ingressa no ambiente de *produção* pela porta da RBS TV e o jornal acompanha a televisão nessa cobertura. A Jornalista 1 é escolhida para cobrir a pauta, por ser a única que se encontrava na redação naquele momento. Nesse episódio, a equipe responsável pela cobertura saiu do jornal às 13 horas, chegando a São Gabriel por volta das 15 horas. No caminho, porém, a Jornalista 1 disse já ter feito contato com o proprietário da estância, com representantes do MST e dos ruralistas. No local, sem acesso à fazenda devido, às barreiras da polícia, ela tenta falar com o comando da Brigada, a fim de obter informações a respeito do contingente de policiais e das ações a serem tomadas. De volta à redação, a Jornalista 1, de imediato, conversa com sua editora para decidir a forma com que vai estruturar a matéria. “Isso, depois de ligar para o advogado da Southall, para a advogada do MST e para o Juiz, para saber se o pedido de reintegração de posse tinha sido aceito”.

[...] o espaço da produção extrapola o entendimento de que se incluiria aí apenas a produção entendida de modo convencional – como procedimentos necessários para criação propriamente dita de um artefato ou produto.

A pauta “desocupação”¹⁵, por sua vez, foi coberta pelo Jornalista 2. Ele relata que a Jornalista 1, que cobriu a “ocupação”, ao voltar da pauta,

comentou: “sexta-feira vai estourar o negócio lá”. Na quinta-feira, na “produção da produção”, quando a Jornalista 3 perguntou quem poderia ir para São Gabriel, ele não titubeou e pediu para fazer a cobertura. “[...] Conversei com a Jornalista 1 e peguei uma lista com um monte de telefones e fui para a pauta”. Chegando na redação, o Jornalista 2 procurou apurar o resultado da vistoria na Fazenda Southall. Depois de inúmeras tentativas, ele disse ter conseguido falar com “o tal do Ouvidor”, que afirmou categoricamente: “olha, quebraram tudo; isso aqui é uma coisa que eu nunca tinha visto antes; isso aqui é selvageria”. O MST, no entanto, conforme o Jornalista 2, não aceitava as acusações. “Bom, aí eu tinha tudo. Eu tinha por que eles saíam; onde é que eles foram; o que aconteceu com a fazenda; que horas eles foram. Tinha toda a estória, só faltava escrever o texto”.

Na pauta “revista do acampamento”¹⁶, conforme a própria Jornalista 3, foi “o dia da produção”. Segundo ela, esse foi um dia “muito grande”, porque nos demais, o jornal tinha se programado para cobrir o MST, e nesse dia foi diferente. No final do expediente do dia anterior, ela foi surpreendida por um comunicado da RBS TV local, que se referia a uma fonte do Batalhão de Operações Especiais (BOE), da Polícia Militar, e que anunciava para a manhã seguinte a entrada da Brigada no acampamento do MST, em São Gabriel, com um mandado de busca e apreensão. “Eu disse, tu não tem ideia do que vai acontecer. O MST não vai deixar. A condição para eles saírem da Southall foi que eles não fossem identificados e aí, daqui a pouco, eles estão com um mandado de busca e apreensão dentro do acampamento?”. Pelo potencial conflitivo da ação, a Jornalista 3 admite que toda redação estava com muito medo do que poderia acontecer no local, mesmo assim, não faltaram candidatos para cobrir os fatos.

Já o envolvimento principal da Jornalista 5, nessa fase, também esteve relacionado à pauta “revista do acampamento”. Ela admite uma preocupação com a qualidade da cobertura, já que “nessas coisas é a gente que cobre para a Zero Hora. Então, a gente precisa supri-los de um material bom. Nesse momento, a gente é os jornais da RBS; então, precisa cobrir bem e com tempo”. A Jornalista 5 pondera ainda que, nesses casos, não adianta um repórter chegar na redação as 21 horas, pois os jornais do grupo não vão conseguir aproveitar o material.

Para atender a essa demanda de notícias, não só dos jornais, mas de todos os veículos do Grupo RBS, a empresa, ao longo dos anos, vem montando e aperfeiçoando um sistema colaborativo de produção em rede. Esse sistema, além de emprestar agilidade à cobertura dos canais do Grupo, diminui consideravelmente o custo de produção das notícias. Na seção jornalismo impresso, conforme o relato dos jornalistas entrevistados, esse sistema se chama *Note* e permite o intercâmbio instantâneo de mensagens, pautas e notícias entre os oito jornais que integram a rede.

Segundo a Jornalista 1, o *Note* é um sistema de comunicação interna que funciona como um e-mail instantâneo. “É como um *MSN*, só que toda vez que tu vai fazer um *Note*, tu tens que escrever o destinatário, a mensagem e enviar”. Conforme ela, pelo *Note* se tem acesso a “todas as pessoas, de todos os jornais, de toda a rede RBS”. O sistema possui algumas regras de funcionamento e são essas regras, compartilhadas por toda a rede, que garantem sua operacionalidade. Nesse sentido, a Jornalista 3 enfatiza que se trabalha dentro de um jornal que pertence a uma rede, “não é só nós e o nosso umbigo, nós somos o Zero Hora na cobertura da região central”.

Abordando, junto com esse sistema de normalização processual de colaboração em rede, os possíveis constrangimentos que os jornalistas entrevistados sofreriam no exercício de suas atividades, todos parecem unânimes em refutar qualquer tolhimento em sua plena liberdade de produção. Os profissionais entrevistados garantem nunca ter sofrido nenhum tipo de determinação que indicasse a priorização de determinado ponto de vista ou posição no tratamento de uma questão. Segundo eles, as únicas orientações disponíveis têm caráter técnico, são públicas e estão contidas no manual de ética, redação e estilo do jornal.

A Jornalista 1 ressalta apenas a existência de alguns constrangimentos pontuais como, por exemplo, as barreiras da Brigada Militar que a impediram de exercer sua atividade e as críticas recebidas por parte dos leitores em algumas matérias. Ela afirma, ainda, desconhecer, nesse sentido, qualquer orientação superior, seja da direção do jornal, seja da direção de Grupo RBS, para o tratamento das questões do seu dia-a-dia. Um comentário interessante sobre a questão deriva da análise das falas do Jornalista 4. Segundo ele, mesmo que a empresa disponibilize o manual de

ética a todos os seus colaboradores, o verdadeiro manual do repórter é o seu editor que, por ser mais experiente, tem essas regras entronizadas. Aponta ele: “na verdade, o manual do repórter, assim, diariamente, está muito no editor, ele segue as orientações do editor”.

Finalizando as considerações relacionadas à produção, cabe ainda projetar algumas considerações sobre os leitores, imaginados na composição de seus textos relativos à questão agrária. Da “minha mãe”, aos “representantes dos segmentos” envolvidos diretamente nas disputas por terras; do “eu mesmo”, aos “biótipos estatísticos”; percebemos uma enorme variação na opinião dos jornalistas acerca de seus leitores. O Jornalista 2 reconhece que nunca parou para pensar em qual é a pessoa que lê as suas matérias. Ele, na maioria das vezes, diz se colocar no lugar do leitor e partir do pressuposto de que se ele ler determinada matéria e entender o que ele mesmo está dizendo, ela vai dar conta do que está acontecendo também para o seu leitor.

“Eu acho que o jornalista não tem ideia para quem escreve. Sou bem crítica em relação a isso e não tenho ideia para quem estou escrevendo as matérias”. Essa é a sincera opinião da Jornalista 3. No entanto, ela faz um esforço visível para tentar definir o leitor de seu produto jornalístico. Em relação aos conflitos agrários, a Jornalista 3 considera como leitores todas as pessoas que fazem parte de um Sindicato Rural; o pessoal ligado aos Movimentos Sociais; e ao MST. “Mais do que isso, não sei dizer. É muito empírico isso”. A Jornalista 5 diz que é muito difícil saber quem realmente são os leitores e aponta a realização de algumas pesquisas como indicadores de um possível “caminho das pedras”. Essas fornecem indicadores baseados na renda, no sexo e/ou na posição social, só que, segundo ela, o leitor das matérias sobre o MST realmente não tem como ser “medido”. “[...] Eu acho que cada leitor é de um pedaço do jornal”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tomamos nesse estudo a produção como o lugar de “construção” da mensagem. Nessa construção, figuram como importantes alguns aspectos que procuramos caracterizar: tanto a estrutura institucional, as rotinas de produção, a interferência de ideologias profissionais e hipóteses sobre a audiência, quanto o meio social de onde são retiradas as representações sobre a questão agrária

com a qual operamos. Assim, vale destacar que a instância da produção é discursivamente constituída.

O meio, no caso o jornal Zero Hora, junto com sua estrutura e com os profissionais que operam essa estrutura, também fornece mensagens codificadas impressas nos textos e que depois irão chegar ao receptor. Na produção, portanto, sinalizam-se as formas de produzir que irão afetar o produto final (Hall, 2003). De toda forma, o espaço da produção extrapola o entendimento de que se incluiria aí apenas a produção entendida de modo convencional – como procedimentos necessários para criação propriamente dita de um artefato ou produto. Em síntese, ela abarca também as distintas narrativas que se associam à construção desses produtos culturais que são as notícias.

Pressupõe-se que o jornalismo mantenha um compromisso ético com a referencialidade e com o interesse público. No entanto, ele é essencialmente constituído de relatos de acontecimentos, ou seja, narrativas elaboradas a partir da perspectiva de indivíduos sobre os acontecimentos.

Como resultado da onipresença dos meios, atualmente, não há como negar que as representações midiáticas são, conseqüentemente, as mais profundas e importantes para os estudos de comunicação. Essas representações, como vimos, aparecem no contexto discursivo como formas casuais, meras insinuações, pistas, e/ou cenários. Assim, convém admitir que os textos dos mídia acabam por produzir determinadas composições, aparentemente colhidas do mundo empírico, elevadas à categoria de representantes de pessoas, situações e fatos. Tais textos, por meio de intervenções invisíveis do seu autor, são capazes de influenciar de maneira sutil, as percepções sobre as coisas do mundo.

A representação pode, então, ser entendida como a projeção, a reprodução do que a mídia pensa sobre si mesmo e sobre o leitor, numa retradução simbólica que trata de materializar conceitos ideológicos abstratos em formas concretas, reforçando a noção de reapresentação – o refazer e o trazer à vista diferentes significados. É dessa forma que o papel das representações, sobre a questão agrária e o MST, postas em circulação pelos jornalistas do Grupo RBS em ZH, vai assumir uma importância particular, já que são essas representações que influenciam, organizam e regulam as mais diversas práticas sociais.

Tais assertivas, quando pensamos o jornalismo, enfrentam alguns dilemas do ponto de vista da adequação e precisão das representações. Segundo Soares (2007, p. 52), “enquanto se aceita com naturalidade que um comercial ou uma novela contenha representações construídas, essa possibilidade é refutada quando se trata de uma reportagem”. Pressupõe-se que o jornalismo mantenha um compromisso ético com a referencialidade e com o interesse público. No entanto, ele é essencialmente constituído de relatos de acontecimentos, ou seja, narrativas elaboradas a partir da perspectiva de indivíduos sobre os acontecimentos. Nesse sentido, admitir que as representações são construídas e que elas atuam também no jornalismo não significa um julgamento moral sobre a prática jornalística em si, mas a admissão de uma contingência que é própria do trabalho jornalístico.

Em relação às representações movimentadas pelos profissionais do Grupo RBS em ZH, sobre a questão agrária e sobre o MST, parece evidente que a heterogeneidade reconhecida para os leitores do produto jornalístico parece não combinar com a homogeneidade dos discursos dos jornalistas em torno da problemática, nem com a representação preferencial que eles movimentam em seus dizeres. Apesar das dificuldades em se definir a questão, devido a sua complexidade, os profissionais entrevistados, na maioria das vezes, acabam por movimentar o sentido de “ilegal”, favorável à matriz representacional hegemônica da questão agrária, para falar do MST e de suas ações, reproduzindo uma situação maniqueísta de conflito entre o bem e o mal.

A acusação de desrespeito ao estado democrático de direito e à ordem jurídica da atualidade também é recorrente na fala dos profissionais, e o sentido de “bagunceiros”, mesmo que inicialmente negado, acaba sempre por

aparecer. Com isso, fica claro que o discurso do conflito sempre se esgarçou na história do Brasil quando o tema é terra ou reforma agrária. Historicamente, uma turbulenta movimentação de sentidos prévios sempre acaba por redistribuir os ditos. Ou seja, o movimento discursivo é o mesmo, guardadas as variações históricas e as particularidades da conjuntura sócio-histórica, o que cimenta uma argamassa que sustenta uma matriz representacional hegemônica para a questão.

Logo, não devemos negligenciar do escrutínio do processo produtivo das notícias, e de todas as formas culturais, o ponto de vista da produção, nem a problemática da representação. Porém, não podemos esquecer que essa análise deve incluir sempre as condições e os meios de produção, especialmente em seus aspectos subjetivos e culturais. “Não podemos estar perpetuamente discutindo as condições, sem nunca discutir os atos”, enfatiza Johnson (1999, p. 63). Conforme o autor (1999, p. 80), nesse momento, é nosso dever resgatar o entendimento da produção como “um processo social e histórico”, abandonando um pouco a preocupação excessiva com a “produtividade dos próprios sistemas de significação”, tomando-a sempre em perspectiva e relacionando-a com os demais momentos do “Circuito das Notícias” – com os textos e sua leitura.

NOTAS

* Trabalho pré-selecionado para apresentação no VII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), que acontecerá na ECA - USP, entre os dias 25 e 27 de novembro de 2009.

** Doutorando em Comunicação Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. E-mail: vjrsanti@yahoo.com.br

¹ Nos últimos anos, o uso do conceito de representação nos estudos de comunicação e/ou de jornalismo tem sido crescente. Porém, quando falamos de representação, não conseguimos falar de algo claro, objetivo e identificável, mas sim de um fenômeno, que na sua dupla natureza (instauração de sentidos/ inscrição material) sofre permanentes alterações, tanto na sua dimensão simbólica quanto nas suas formas concretas de manifestação e/ou aparição sensível. No entanto, para este trabalho as definições de Hall (1997) são consideradas fundamentais para a compreensão do conceito de representação. Outro estudo detalhado sobre o uso e a evolução histórica do conceito de representação, junto com suas diferentes formas de apropriação pelo campo jornalístico, pode ser conferido em Soares (2007).

² As abreviações MST e ZH, para este trabalho, referem-se ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e ao jornal Zero Hora, respectivamente. O MST, no Brasil, emergiu no início da década de 1980, como um novo personagem de luta pela terra. Os processos sociais que criaram sua identidade e favoreceram seu aparecimento têm na base a exclusão de todo um conjunto de trabalhadores devido ao processo de modernização pelo qual passou a agricultura da região sul (Morissawa, 2001). O jornal ZH, por sua vez, foi o primeiro periódico impresso editado pelo Grupo RBS no Rio Grande do Sul. ZH foi criado a partir de Última Hora, de Samuel Wainer, que deixou de circular com o golpe militar de 1964. Depois de ser adquirido por Ary de Carvalho, ele mudou de nome e, em 1970, passou para o controle da família Sirotsky, no exato momento em que o Grupo sedimentou a Rede Brasil Sul de Telecomunicações (vem daí a designação Grupo RBS). Hoje, sem dúvida, o Grupo RBS é o maior complexo multimídia do sul do País (Felippi, 2006).

³ Emoldurar a matriz representacional hegemônica dos conflitos de terra no Brasil visa demonstrar previamente a perspectiva de enunciação historicamente construída para a questão agrária no País. O objetivo, portanto, é deixar claro, de antemão, quais são os sentidos hegemônicos mobilizados em torno da luta pela terra em território nacional. Esses sentidos predominantes, conforme Romão (2002), estão relacionados com os discursos produzidos em episódios pretéritos da história nacional. Segundo a autora, tais sentidos se vinculam sistematicamente à ideia de direito sagrado de propriedade da terra, seja ela de que tamanho for, de quem for e de onde tenha vindo. Terra no Brasil significa direito adquirido e questionar sua posse é, portanto, crime.

⁴ Os Estudos Culturais Britânicos surgem no final dos anos de 1950, vinculados ao CCCS (Centro de Estudos Culturais Contemporâneos) da Universidade de Birmingham, na Inglaterra. A escola teve seus pressupostos firmados pelos pesquisadores Richard Hoggart, Raymond Williams, Edward Palmer Thompson e, posteriormente, Stuart Hall. Para Johnson (1999, p.19), “os Estudos Culturais podem ser definidos como uma tradição intelectual e política; ou em suas relações com as disciplinas acadêmicas; ou em termos de paradigmas teóricos; ou, ainda, por seus objetos característicos de estudo”.

⁵ Conforme Wolf (2001) e Hohlfeldt; Martino; França (2001), este enfoque teórico diz respeito a um tipo de estudo ligado à sociologia do jornalismo e está relacionado com a observação da rotina produtiva cotidiana da cobertura jornalística. O *Newsmaking* pretende, dentre outros aspectos, analisar o conjunto de critérios que definem a noticiabilidade de um acontecimento, isto é, a sua relevância para ser transformado em notícia. O olhar dessa hipótese está centrado no emissor, visto como intermediário entre o acontecimento e a notícia. Ele dá atenção especial ao relacionamento entre jornalistas e fontes, assim como às diferentes etapas de produção: captação, tratamento, edição e distribuição da informação.

⁶ Localizada no município de São Gabriel, na região central do Rio Grande do Sul, a Estância do Céu, de propriedade de Alfredo Southall, possuía uma área territorial de 13 mil hectares e conforme o MST acumulava dívidas de quase

R\$ 50 milhões com os cofres públicos. A fazenda chegou a ser desapropriada em 2003 pelo Governo Federal, mas o processo foi suspenso pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em novembro de 2008, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) adquiriu 35% do imóvel, assentando no local aproximadamente 350 famílias de agricultores Sem-terra. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 15 de jan. 2009.

⁷ A “Jornada Nacional de Lutas” marca anualmente um período de intensas mobilizações do MST. Ela é realizada em alusão ao massacre de Eldorado dos Carajás, que ocorreu em 17 de abril de 1996, no Pará. A ação policial matou 19 Sem-terras e deixou 69 agricultores feridos. Segundo o Movimento, em 2008, a Jornada pautou a denúncia da lentidão no processo de Reforma Agrária e dos efeitos negativos do agronegócio, além de apresentar propostas para reverter a situação. Disponível em: <www.mst.org.br>. Acesso em: 15 de jan. 2009.

⁸ Lançado em 2002 o Diário de Santa Maria é o caçula dos jornais impressos do Grupo RBS no Rio Grande do Sul. O jornal é responsável pela cobertura da região central do estado e abrange 35 municípios, inclusive São Gabriel. Disponível em: <www.clicrbs.com.br/jornais/dsm>. Acesso em: 15 de jan. 2009.

⁹ A proposta de tribo jornalística de Traquina (2005) também não é muito diferente. Porém, a complexidade do processo de produção da notícia parece não compactuar de todo com uma certa homogeneidade nos procedimentos e valores da comunidade dos jornalistas. Por isso, a importância de considerarmos também o conceito de “prática jornalística”, a partir do trabalho de Barros Filho; Martino (2003) sobre o *habitus* na comunicação.

¹⁰ A pesquisa bibliográfica, conforme Stumpf (2008, p. 51), num sentido amplo, está relacionada ao planejamento global de todo trabalho de pesquisa. Ela vai desde a identificação, localização e obtenção de bibliografia pertinente, até a apresentação de um texto sistematizado, que evidencia o entendimento do pensamento dos autores, acrescido de considerações pessoais. Já num sentido mais restrito, trata-se de um conjunto de procedimentos que visa identificar informações bibliográficas, selecionar os documentos pertinentes ao tema estudado e proceder à respectiva anotação das referências e dos dados para que sejam depois utilizados na redação do trabalho acadêmico.

¹¹ Segundo Peruzzo (2008, p. 130), essa perspectiva encontra respaldo no método dialético e possibilita a “captação dos fenômenos em todas as suas dimensões constitutivas, desde sua história e dinamicidade até as suas múltiplas determinações inerentes”. A ambição, nessa linha, é apanhar o fenômeno em sua complexidade e profundidade, ou seja, desde suas origens, suas partes constitutivas e seus significados, até suas transformações sofridas. Consideramos, portanto, pesquisa participante aquela baseada na interação ativa entre pesquisador e grupo pesquisado e, principalmente, na conjugação da investigação com os processos mais amplos de ação social e de apropriação coletiva do conhecimento.

¹² A entrevista em profundidade é uma técnica qualitativa, capaz de explorar um assunto através da busca de informações, percepções e experiências de informantes, para de-

pois analisá-las e apresentá-las de forma estruturada. Ela tem como característica principal a flexibilidade e a procura de intensidade nas respostas, não a quantificação. Para Duarte (2008, p. 62), ela é um recurso metodológico que busca recolher respostas a partir da experiência subjetiva de uma fonte, selecionada por deter informações que se deseja conhecer. A entrevista semiaberta é um modelo de entrevista que tem origem em uma matriz, um roteiro de questões-guia. Em nossa pesquisa, tal roteiro contou com 12 questões tratadas individualmente como perguntas abertas.

¹³ BM apreende quatro ônibus usados pelo MST. **ZERO HORA**, Porto Alegre (RS), 12 abr. 2008. Capa, p. 01.

¹⁴ Abril vermelho em São Gabriel. **ZERO HORA**, Porto Alegre (RS), 15 abr. 2008. Capa, p. 01.

¹⁵ Questão agrária: MST deixa a Southall. **ZERO HORA**, Porto Alegre (RS), 19 abr. 2008. Geral, p. 36.

¹⁶ Brigada surpreende o MST em São Gabriel. **ZERO HORA**, Porto Alegre (RS), 09 mai. 2008. Capa, p. 01.

REFERÊNCIAS

- BERGER, Christa. **Campos em confronto: A terra e o texto**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2003.
- DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 62-83.
- ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. **Cartografia dos estudos culturais: Uma versão latino-americana**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.
- FELIPPI, Ângela C. T. **Jornalismo e identidade cultural - Construção da identidade gaúcha em Zero Hora**. 2006. Tese (Doutorado). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [2006].
- GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide** – para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987.
- HALL, Stuart. The work of representation. In: _____(Org.) **Representation** – Cultural representation and cultural signifying practices. Sage/ Open University: London/ Thousand Oaks/ New Delhi, 1997.
- HALL, Stuart. **Da diáspora: Identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Unesco, 2003.
- HOHLFELDT, Antonio; FRANÇA, Vera; MARTINO, Luiz. **Teorias da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JOHNSON, Richard. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Campus/ Elsevier, 2005.
- MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.
- PERUZZO, Cíclia Maria Krohling. Observação participante e pesquisa-ação. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p.125-145.
- ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **O litígio discursivo materializado no MST: A ferida aberta na nação**. 2002. Tese (Doutorado). USP, [2002].
- SOARES, Murilo César. Representações e comunicação: Uma relação em crise. **Revista Líbero**, v.10, n.20, p. 47-56, 2007.
- STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas, 2008. p. 51-61.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. Porque as notícias são como são. Florianópolis: Insular, 2004.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa internacional. Florianópolis: Insular, 2005.
- TRAVANCAS, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo: Summus, 1992.
- TUCHMAN, Gaye. **Making news: A study in the construction of reality**. New York: The Free Press, 1978.
- WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2001.
- ZELIZER, Barbie. Os jornalistas enquanto comunidade interpretativa. **Jornalismo 2000. Revista de Comunicação e Linguagens**. Lisboa, n.27, p. 33-61, fev. 2000.